

REFLEXÕES SOBRE HONDURAS

(Jornal do Brasil – 12/10/2009)

A crise hondurenha tornou manifesto que a OEA é muito mais uma organização com clara vinculação ideológica ao populismo do que uma organização de Estados Americanos voltada à preservação da democracia.

O estrangulamento da economia hondurenha, por terem seus líderes apenas cumprido sua Constituição ao depor um presidente golpista, demonstrou que a intervenção, com caráter exclusivamente ideológico, conforma a orientação daquele organismo, que conseguiu manipular de tal maneira “os politicamente corretos” ao ponto de se ter a impressão de que pretendiam apenas preservar a democracia em Honduras.

Esta já estava preservada pelo cumprimento da Lei Maior. Em seu artigo 239, declara que quem pretender introduzir a reeleição pelo simples fato de formular tal intenção será deposto do cargo em que estiver e que, se for o presidente da República, será substituído pelo vice-presidente, ou não havendo vice eleito, pelo Parlamento, o substituto (art. 242).

Mais do que isto, determina que as Forças Armadas (art. 272) devem preservar a Constituição Hondurenha e, no caso do presidente Zelaya, a pedido tanto do Parlamento quanto do Poder Judiciário, depuseram-no por ter convocado plebiscito para introduzir a reeleição, cuja proibição é cláusula pétrea.

Como se percebe, a democracia hondurenha impõe a alternância de poder, que os líderes vocacionados para o autoritarismo não desejam, como ocorre com Chávez, Mugabe, Morales, Kadafi, Córrea e todos os ditadores africanos.

Como acentuou Dalmo Dallari, em artigo para a Folha no dia 03/10/2009, a deposição de Zelaya foi absolutamente constitucional, porque descumpriu a Constituição Hondurenha e a pena, nestes casos, é a deposição.

A OEA denominou o governo constitucional de golpista e o presidente golpista, de democrático, insuflada pelo semi-ditador Chávez. Seu secretário-geral soltou esta pérola ideológica: “A Constituição hondurenha é uma das piores Constituições do mundo”! E Chávez armadilhou o Presidente Lula com a ida do histriônico mandatário, colocando-o na Embaixada Brasileira, que passou a ser uma nação intervencionista, pois permitiu que sua embaixada se transformasse em escritório promotor da tentativa de guerra civil no país, o que felizmente não ocorreu.

A pressão internacional, liderada ideologicamente por semi-ditadores latino-americanos, enfraqueceu Honduras, que, sob intervenção econômica e política, foi cedendo, ao ponto de ser obrigada a negociar seus próprios fundamentos constitucionais e democráticos.

A lição que tiro do episódio é de que ou a OEA carece de constitucionalistas, o que seria lamentável, ou agiu, exclusivamente, por motivos ideológicos –e não democráticos– sufocando o segundo mais pobre país das Américas e, desrespeitando, claramente, seu estatuto maior.

Pior foi o papel do Brasil, cuja Constituição proíbe a intervenção e respeita a auto-determinação dos povos, que transformou sua Embaixada em palanque político de Presidente golpista.

Está-se chegando a um acordo para preservação das eleições democráticas de 29 de novembro, cujo processo eleitoral em Honduras segue sem máculas ou arranhões e, se Honduras conseguir sobreviver, o próprio presidente Lula, que envolveu a diplomacia brasileira na pior de suas aventuras, poderá ser redimido. Meu neto, Guilherme, define o Presidente Lula como o Agente 86 da política, ou seja, aquele agente do “Controle” que, mesmo errando, acerta sempre. E Lula, com o capital da vitória sobre Chicago, Tóquio e Madri nas Olimpíadas de 2016, forjou sua imagem na história, que dificilmente será superada nos próximos tempos. Que errou, todavia, errou, ao desrespeitar a Constituição hondurenha e abrigar um presidente canastrão no seio da Embaixada brasileira.